

Museus na Europa



António Pinto Ribeiro

No âmbito dos grandes debates promovidos pela presidência francesa do Conselho da UE, realizou-se a 3 e 4 de Maio, no Centro Georges Pompidou, o colóquio sobre *Os Museus na Europa: os desafios para o futuro*. As duas dezenas de intervenientes pronunciaram-se num horizonte marcado pelas consequências da guerra de ocupação da Ucrânia pela Rússia, a crise ambiental, as migrações, a emergência dos nacionalismos e a descolonização europeia num continente que possui 40% de todos os museus do mundo – cerca de 18.000. O debate é urgente, como o confirmam as múltiplas publicações sobre o tema, e centra-se na necessidade de conciliar a matriz ancestral dos museus com a diversidade de formatos e de missões que as comunidades e a investigação reclamam.

Como na parábola dos Chassidim relativamente ao mundo que há-de vir (informação extraída de *Auréoles*, in Agamben, Giorgio, *La communauté qui vient*, Éditions du Seuil, 1990, Paris, p. 56-57), também se pode afirmar que os museus no futuro serão como o são no presente e como o foram no passado, com a particularidade de serem diferentes.

Das múltiplas questões que o colóquio abordou, há três que, a meu ver, são prioritárias: como é que a digitalização do mundo está a interferir com os modos de produção e de recepção nos museus? Qual é o estatuto da memória hoje em dia e o seu impacto na museografia? Quais são as consequências da descolonização em curso?

Embora a digitalização do mundo não seja um processo recente, a pandemia da covid-19 veio acelerá-la e impô-la nos museus em todas as funcionalidades e muitas virtualidades: da investigação à comunicação e, de uma forma radicalmente inovadora, na criação maciça de objectos imateriais para circular, quer nos museus tradicionais, quer impondo a necessidade de criar museus virtuais com novos e sofisticados processos museográficos. Contudo, há que ter em conta várias cautelas. A primeira de todas, para a qual nos têm alertado Paul Virilio e Bruno Latour, impõe a necessidade de conter a velocidade do consumo e da circulação desenfreada do capital sob a forma do espectáculo das artes e exigir uma solução para gerir o conflito entre o direito à realização de exposições e uma contenção face ao consumismo voraz e ilimitado. Uma outra cautela pressupõe que a transformação digital não deve ser uma imposição global e uniforme, o que criaria universos paralelos e a exclusão de todos os que não dominam a literacia digital.

A relação dos museus com a memória

aparece como uma equivalência ancestral. Contudo, a investigação museográfica e os estudos da memória e das migrações negam esta falsa evidência. As memórias são múltiplas, os museus não são neutrais nas memórias que constroem através das histórias que relatam e torna-se imperativo que as comunidades e saberes transdisciplinares intervenham cientificamente na co-produção da exposição das memórias múltiplas. Alguns dos aspectos mais positivos e inovadores destes estudos conduziram-nos à assunção de que a relação entre memória e história, não sendo pacífica – sendo por vezes mesmo tensa –, tem vindo a evoluir para uma convivialidade produtiva em que, por exemplo, a investigação e a exposição, a partir dos arquivos materiais, podem beneficiar dos testemunhos orais e vice-versa, contribuindo para a veracidade das histórias dos objectos e dos processos. A digitalização em tempo real a que alguns museus recorrem permite também que se produzam memórias para o futuro, de modo a que o museu não seja apenas um guardador de memórias nas versões mais tradicionais. A este propósito, a exposição *Slavery* (2021), produzida pelo Rijksmuseum de Amsterdão, constitui um novo paradigma de investigação e de exposição.

Finalmente, tal como a literatura global nos pode oferecer uma outra visibilidade comparatista – e, com ela, uma aprendizagem nova das influências culturais, linguísticas e temáticas – e teve como consequência uma valorização global de muitas outras literaturas, também precisamos de uma museografia global – que



Como é que a digitalização do mundo está a interferir com os modos de produção e de recepção nos museus? Qual é o estatuto da memória e o seu impacto na museografia? Quais são as consequências da descolonização em curso?

“O BANHO DE BATHSHEBA” (1594), DE CORNELIS VAN HAARLEM, DR RIJKSMUSEUM



está longe de ser um museu universal hegemónico – que estabeleça diálogos entre museus, entre visitantes e entre comunidades, reconhecendo os contextos onde os museus estão instalados e as colecções que deles fazem parte num processo de circulação das mesmas.

É um facto que o relatório sobre a restituição do património cultural africano, da autoria de Bénédicte Savoy e Felwine Sarr (2019), foi um marco decisivo para que este processo se acelerasse, não só em França, mas um pouco por todo o mundo. O processo de devolução é moroso, complexo, exigente, quer técnica, quer culturalmente, mas é irreversível. Terá o impacto da revolução copernicana. E muitas das suas consequências são mesmo imprevisíveis. Porque, se a restituição agora iniciada é um acto civilizacional, tem implicações não só nos museus, como também à escala mundial. A devolução aos beninenses das 26 obras do tesouro real de Abomey a 10 de Novembro de 2021 foi uma verdadeira festa nacional. Tratava-se do regresso do exílio de obras de culto e de memorização de um povo e de uma nação. Mas este é apenas o primeiro acto de descolonização dos museus: muitos outros se devem seguir, a partir da premissa de que a autoridade herdada da museografia europeia deve ser questionada, seja na sua epistemologia, seja na investigação, identificação e catalogação das obras das colecções, bem como na recolha das mesmas. São aspectos em revisão através de uma abordagem epistemológica rebelde que reclama o contributo do pensamento tradicional africano, chinês ou ameríndio que contextualize os objectos dos acervos e partilhe a autoridade dos conhecimentos.

Centrando-se prioritariamente nos museus europeus, o colóquio teve sempre presente a fantasmagoria dos museus não europeus e do Norte da América, nas suas heranças e nos modos como estes reclamam uma ética que impeça a digitalização vulgarizada dos objectos dos museus da memória doados pelos familiares das vítimas, assim como os arquivos relativos aos povos e às espécies de territórios ex-colonizados que devem ser devolvidos aos Estados que são seus herdeiros, cabendo aos museus europeus as cópias digitalizadas dos mesmos.

Num tempo em que a democracia é ameaçada por um retrocesso civilizacional, em que a Europa tem de reconhecer ser um continente de imensa desigualdade, há que insistir que, apesar de tudo, o museu deve ser um espaço de liberdade, que a Europa deve ser protagonista de circulação das obras e dos processos à escala mundial e que, tal como o preconizou o historiador e linguista Johan Huizinga na sua obra *Homo Ludens* (1938), o conhecimento e a aprendizagem cultural e artística devem ter uma forte componente lúdica e festiva. Assim, os museus serão no futuro como o são no presente e como o foram no passado, com a particularidade de serem diferentes.

Investigador e programador cultural /
Centro de Estudos Sociais da U. Coimbra